

ATA Nº16

----- **Ata da sessão ordinária, da Assembleia Municipal de Vagos, realizada no dia 28 de fevereiro de dois mil e vinte.** -----

-----No vigésimo oitavo dia do mês de fevereiro de dois mil e vinte, pelas dezoito horas e trinta e cinco minutos, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, reuniu a Assembleia Municipal de Vagos, em sessão ordinária, sob a presidência do senhor Rui Manuel Domingues Santos e secretariado pelos senhores Maria Helena Marques e Victor Fernando dos Santos Neto com a seguinte **ordem de trabalhos:** -----

-----**A – Apreciação e votação da ata da sessão de 27/12/2019;** -----

-----**B – Expediente, anúncios e informações prestadas pela Mesa;** -----

-----**C – Justificação de faltas;** -----

-----**D – Intervenção do Público;** -----

-----**E – Período “antes da ordem de trabalhos”;** -----

-----**F – Período da “ordem de trabalhos”;** -----

----- **PONTO UM: APRECIÇÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL SOBRE A ATIVIDADE MUNICIPAL E SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO, NOS TERMOS DA ALÍNEA C), DO Nº2, DO ARTIGO 25º, ANEXO I, DA LEI 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO;** -----

----- **PONTO DOIS: AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DO INVESTIMENTO PARA CONTRAÇÃO DE EMPRÉSTIMO – REQUALIFICAÇÃO E AMPLIAÇÃO DA EB DA QUINTA – PROC.ºE11/2019;** ---

----- **PONTO TRÊS: MOBILIDADE ELÉTRICA – PONTOS DE CARREGAMENTO – OCUPAÇÃO DO DOMÍNIO PÚBLICO – TAXAS;** -----

----- **PONTO QUATRO: EXPLORAÇÃO DE MASSAS MINERAIS – M.A. INERTES, LDA – SOZA – RECONHECIMENTO DE INTERESSE PÚBLICO;** -----

----- **PONTO CINCO: PLANO DE PORMENOR DO BAIRRO DA CORREDOURA – REVOGAÇÃO DO PLANO – PROPOSTA.** -----

-----Feita a chamada verificou-se a presença dos seguintes membros da Assembleia Municipal: ----

-----Juan Carlos Ferreira Martins, José Augusto Ferreira Martins, Andreia Pereira Santos Marques, Nuno Roberto Rodrigues Moura, Tony Richard de Oliveira Almeida, Sérgio Martins, Xavier Prior Neto, Madalena Marques Santos Simões Pinto, Hermes Jorge Rodrigues Fernandes, Sérgio Domingos em substituição de Liliana Barreira e Hugo Jorge em substituição de Maria Pedro Silva eleitos na lista do PSD; -----

----- Basílio de Oliveira, Jorge Henrique da Graça Pereira, Paulo Alexandre Ferreira Malta, António Bastião em substituição de Patrícia Neves Ferreira, eleitos na lista do CDS. -----

----- Óscar Gaspar e Bruno Julião, eleitos na lista do PS. -----

----- Igualmente compareceram os senhores Presidentes das Juntas de Freguesia assim distribuídos: Albano Gonçalves, Presidente da Junta de Freguesia de Fonte de Angeão e Covão do Lobo; Arlindo Neves, Presidente da Junta de Freguesia de Gafanha da Boa Hora; Hugo Miguel Nunes Santos, Presidente da Junta de Freguesia de Ouca; Amílcar de Oliveira Raimundo,

Presidente da Junta de Freguesia de Santo André de Vagos e Nelson Costa Cheganças,
Presidente da Junta de Freguesia de Soza. -----

----- Faltaram à presente sessão os senhores Deputados Maria Pedro Silva, Patrícia Neves Ferreira, Elisabete Costa Pequeno, Liliana Barreira, Filipe Tiago da Silva Ribeiro Jorge, Presidente da Junta de Freguesia de Calvão, Silvério Rua, Presidente da Junta de Freguesia de Ponte de Vagos e Santa Catarina e Fernando Julião, Presidente da Junta de Freguesia de Vagos e Santo António. -----

----- Da Câmara Municipal estiveram presentes os seguintes membros: o senhor Presidente da Câmara Municipal, Silvério Rodrigues Regalado, o senhor Vice-Presidente da Câmara, João Paulo Sousa Gonçalves, e os Vereadores, senhora Sara Raquel Rodrigues Caladé, senhora Maria Dulcília Martins Sereno, senhora Susana Gravato, senhor Pedro Miguel Carvalhais Bento e o senhor João Domingues. -----

----- O senhor Presidente da Assembleia Municipal informou os presentes que esta é a primeira sessão com o novo regimento em vigor e, portanto, há algumas alterações em termos de funcionamento. Por questões técnicas da transmissão, e alguns ajustes ao modelo de funcionamento que a Assembleia Municipal tinha, todas as intervenções serão feitas no púlpito. Esta é a primeira sessão onde se faz a transmissão *on-line*, deliberada pela Assembleia Municipal na última sessão. O senhor Presidente deixou um agradecimento ao senhor Presidente da Câmara, e à Câmara Municipal, pela forma como abraçou esta iniciativa e pela disponibilidade de meios e de recursos humanos para que esta transmissão *on-line* seja uma realidade. Isto demonstra de uma forma muito clara que sempre se quis fazer esta transmissão *on-line*, mas sempre com o objetivo de a fazer com elevação, com profissionalismo e de forma a dignificar todos os vaguenses, a Assembleia Municipal e o Concelho de Vagos. -----

-----**A – Apreciação e votação da ata da sessão de 27 de dezembro de 2019.** -----

----- O senhor Presidente da Mesa submeteu a votação a ata, da sessão realizada no dia vinte e sete de dezembro de dois mil e dezanove, tendo a mesma sido aprovada, **por unanimidade**, não tendo votado os membros que estiveram ausentes na respetiva sessão. -----

-----**B – Expediente, anúncios e informações prestadas pela mesa.** -----

-----O senhor Presidente da Assembleia Municipal deu conhecimento da correspondência recebida, da qual não foram enviadas fotocópias aos elementos da Assembleia Municipal, no período compreendido entre trinta de dezembro de dois mil e dezanove e vinte e oito de fevereiro de dois mil e vinte. O senhor Presidente informou de que os documentos estão disponíveis para quem quiser consultar. O senhor Presidente informou de que já foram criados os endereços de correio eletrónico institucionais, foi feita a proposta e aguarda-se que seja feita a confirmação para poderem começar a ser utilizados. Entretanto, será criado também um local no *site* onde irá ser colocada toda a documentação da Assembleia Municipal para os membros desta Assembleia terem acesso à informação relativa a cada sessão, sendo-lhes entregue a respetiva senha de acesso. O senhor Presidente referiu ainda que foi com muito orgulho que viu a nomeação deste órgão, a Assembleia Municipal, para a Gala D'Ouro na área da política. Isto revela, claramente,

que os vaguenses estão atentos à intervenção política deste órgão. Este é um motivo de grande orgulho, mas também confere maior responsabilidade no papel deste órgão para o futuro e por isso é obrigação de todos os membros não defraudar a confiança que as pessoas lhes depositaram e fazerem política de forma elevada e séria como tem vindo a acontecer. -----

-----**C – Justificação de faltas.**-----

----- Para efeitos do disposto na alínea j), do nº1, do artigo 29º, anexo I, da lei 75/2013, de 12 de setembro, e na alínea j), do nº 1, do artigo 8º, do Regimento da Assembleia Municipal de Vagos, o senhor Presidente informou o órgão deliberativo que a Mesa da Assembleia Municipal justifica as faltas dadas pelos senhores Deputado Patrícia Ferreira, Maria Pedro Silva, Liliana Barreira e Elisabete Pequeno à sessão de hoje. -----

-----**D – Intervenção do Público.**-----

----- Do público pediu para usar da palavra a senhora Patrícia Cordeiro, moradora na Freguesia de Calvão, em representação dos Pais e Encarregados de Educação do Jardim de Infância de Calvão. O intuito desta vinda aqui é o de entregar uma carta ao senhor Presidente da Câmara Municipal e mostrar o profundo descontentamento com o facto de as obras no Jardim de Infância não estarem terminadas. Aquele era um edifício que estava apto para o 1ºCEB, com condicionantes várias que não se adequam para meninos na faixa etária dos três aos cinco anos. Os pais participaram na requalificação do edifício no verão, antes do início escolar, estão cientes, estão colaboradores e neste momento as crianças têm mobiliário desadequado. Estas preocupações são expostas na carta que vamos entregar para a qual agradeciam a melhor atenção. A única coisa que querem é que lhes digam quando é que terminam as obras, porque comunicar com calendarização é essencial para que haja confiança entre todos. Isto é muito importante para os pais, para não haver zaragatas, porque para quem é representante das Associações de Pais para responder aos próprios pais precisa de dados concretos. -----

----- O senhor Presidente da Câmara solicitou ao senhor Vereador Pedro Bento, que tem o pelouro da educação, para prestar os esclarecimentos necessários em relação a este assunto. -----

----- O senhor Vereador Pedro Bento usou da palavra e informou que de facto as obras já deviam ter terminado, nomeadamente o muro. A Câmara Municipal, em conjunto com a Junta de Freguesia, decidiu colocar o muro a baixo e fazer um novo para evitar os constrangimentos que tem havido. A estrada era estreita, os pais estacionavam os carros para levar os filhos à sala de aula e criava-se ali uma situação de constrangimento. Assim sendo, houve um compromisso da Câmara Municipal que seria o de ceder o material à junta de Freguesia e esta ficaria com a responsabilidade da mão-de-obra para fazer o muro. Entretanto, houve um pequeno constrangimento, ou seja, aquando do pedido de material deviam ter pedido também a mudança das caixas dos quadros elétricos, porque ao colocar o muro a baixo é preciso mudar as caixas elétricas uma vez que existe ali uma microprodução. Este serviço devia ter sido feito na altura, e não foi, e depois teve de se contratar uma empresa para fazer esse serviço. Outra questão que se pôs foi a mudança do gradeamento que atrasou um pouco, porque na altura da construção devia ter-se deixado uns negativos para depois só se cortar o gradeamento e com a ajuda de uma

máquina mudar de um muro para o outro, que dista dois metros e meio, mas isso não aconteceu. Este foi mais um motivo para o atraso da obra e teve de se contratar uma outra empresa para fazer essa mudança do gradeamento que se comprometeu a fazê-lo na interrupção letiva do Natal, o que não foi possível. Se tudo correr bem ir-se-á mudar as caixas e o gradeamento o mais breve possível. Em relação ao mobiliário que lá foi colocado não pode ser desadequado para aquela faixa etária, porque é o mobiliário que estava nos antigos Jardins de Infância de Calvão e Cabecinhas. Há um compromisso da Câmara Municipal em adquirir mobiliário novo e esse compromisso continua de pé e será resolvido brevemente, em princípio no terceiro período. -----

----- Ainda relativamente a este assunto o senhor Presidente não quis deixar de agradecer à Associação de Pais, pelo esforço que fez, e a toda a comunidade educativa das Escolas de Calvão que foram essenciais na mudança que houve no início deste ano letivo. Estas coisas não se fazem sem a colaboração entre as diferentes entidades. Os *timings* são sempre difíceis de assumir porque há várias nuances que entra aqui e que podem condicionar a rapidez do processo, mas existe esta explicação e o compromisso da Câmara Municipal e mais uma vez ficam os agradecimentos pela colaboração de todos os envolvidos. -----

----- Quando eram cerca das dezasseis hora e cinquenta minutos chegaram à sessão os senhores Deputados Nelson Cheganças e Andreia Marques. -----

----- **E – Período “antes da ordem de trabalhos”:** -----

----- O senhor Deputado António Bastião usou da palavra e começou por deixar as felicitações por as sessões da Assembleia Municipal passarem, a partir de hoje, a serem transmitidas *on-line*. É muito positivo existir um grau de proximidade entre eleitos e eleitores. Em relação à estrada que liga Lavandeira a Salgueiro esta encontra-se muito danificada e, por isso, o senhor Deputado pergunta se existe planos para a sua requalificação. Relativamente ao Posto Médico de Covão do Lobo pergunta o ponto de situação, ou seja, se já há novidades no sentido de o mesmo voltar a funcionar com a normalidade num futuro próximo. Questiona também o ponto de situação de todos os projetos do orçamento participativo de dois mil e dezassete. Quanto à estrada principal da Gafanha da Boa Hora devido ao tráfego elevado de veículos pesados existem muitas casas danificadas nessa rua e existem também muitos moradores insatisfeitos. Neste sentido, o senhor Deputado pergunta se há alguma possibilidade de encaminhar os camiões a seguir em frente, na zona do Parque de Campismo da Vagueira, assim o trânsito passaria a ser utilizado na estrada da mata nacional até ao Concelho vizinho (Mira). -----

----- A senhora Deputada Madalena Pinto usou da palavra e começou por fazer o ponto de situação da última reunião da CPCJ, na qual é representante eleita pela Assembleia Municipal, que decorreu no dia vinte e sete de janeiro de dois mil e vinte. Nesta reunião foi apresentado um novo representante do Ministério Público, Dr.^a Maria da Graça Costa Tavares. Em relação aos processos das crianças e jovens de Vagos de dois mil e dezoito para dois mil e dezanove existiram mais cinco casos, sendo que os motivos são, mais ou menos, os mesmos: comportamentos desviantes detetados nas escolas, em que a denúncia é feita pela própria escola; violência doméstica, na maior parte das vezes denunciados pelas forças de autoridade. Na reunião foi ainda abordado que

os jovens do Concelho de Vagos deviam fazer uma visita, com acompanhamento de técnicos especializados, ao IEFP, para formação. Só estando em alerta e sabendo como é o trabalho poderão ter uma outra imagem sobre o que é que realmente querem da vida. Mediante isto, está agendado para o dia vinte e seis de março de dois mil e vinte uma ação de sensibilização sobre a temática da violência doméstica. Se alguém estiver interessado em participar pode dirigir-se à Câmara Municipal, ao Gabinete da CPCJ, para saber da possibilidade de se inscrever para estar presente. Relativamente ao Posto Médico do Covão do Lobo as pessoas andavam descontentes por não se saber muito bem se vai reabrir ou não. Há muita gente de idade avançada, há pessoas a não terem possibilidade de irem ao médico porque não têm como se deslocar e nem sempre têm quem os ajude. Neste sentido, é urgente resolver esta situação. Entretanto, felicitou a Câmara Municipal pela colocação de mais ecopontos nas diferentes freguesias do Concelho, que muito ajuda na prevenção do meio ambiente. Cada vez mais se deve ter uma atitude indispensável e consciente sobre o que é realmente reciclar. Nas várias freguesias foram colocados, na totalidade, mais trinta e cinco ecopontos. -----

----- O senhor Deputado Óscar Gaspar usou da palavra e começou por saudar o facto de finalmente as sessões da Assembleia Municipal serem transmitidas *on-line* em direto para todos os vagueses. Esta era uma reivindicação de longo tempo da parte do Partido Socialista. Hoje pode parecer uma conquista fácil, mas não foi porque quando o Partido Socialista começou a debater este assunto estava sozinho, labutou durante muito tempo para conseguir que este dia fosse possível. O facto do Partido Socialista querer que a Assembleia Municipal fosse transmitida em direto tinha um único objetivo: permitir que mais vagueses acompanhem os trabalhos dos membros deste órgão; permitir que mais vagueses possam escrutinar aquilo que é a discussão política que se faz no Concelho de Vagos e também eles próprios participarem mais das discussões. Este é um bom dia em termos da política em Vagos e admite que este também terá sido um dos motivos pelos quais a Assembleia Municipal foi nomeada para a Gala D'Ouro, porque não é habitual um órgão deliberativo ser reconhecido, mas deu um bom testemunho nomeadamente no último ano. A segunda questão abordada pelo senhor Deputado prende-se com a questão do IRS. Este problema foi levantado pelo grupo municipal do PS em setembro, tal com têm feito noutros anos, alertando e denunciando que a Câmara Municipal de Vagos se recusa a devolver o que quer que seja aos vagueses no que ao IRS diz respeito. Há muitas Câmaras no país que devolvem 5% do IRS, e estes são dados oficiais publicados no Jornal de Notícias e no Jornal de Negócios no final do ano, e Vagos continua a não o fazer. O senhor Presidente da Câmara argumenta que o dinheiro que não é devolvido aos vagueses servirá para fazer política social. No entender do senhor Deputado isto é estar a fazer um pouco de caridade com o dinheiro dos outros e considera mais importante para todos que a Câmara Municipal seguisse os bons exemplos nesta área e também devolvesse até 5% do IRS tal como consta da lei. -----

----- O senhor Deputado Basílio de Oliveira usou da palavra e referiu que ao fazer um percurso habitual pelas terras do Concelho de Vagos verificou que algumas escolas fechadas e desativadas, e tomou nota das seguintes: Tabuaço; Sanchequias; Mesas; Gafanha da Boa Hora Norte. Caso

isto se concretize seria bom entregá-las, por exemplo, a algumas instituições que necessitam de local próprio para aí se instalarem e exercer a sua atividade. Também reparou que a antiga Capela das Mesas, perto do lugar de Tabuaço, se encontra em mau estado e, por isso, pergunta porque é que não se apoio a Comissão fabriqueira na sua restauração e urbanizar a zona envolvente onde está instalada. Ainda no lugar das Mesas existe uma pedra que segundo a tradição, por ela passou a Santa Catarina, a caminho da Capela daquele lugar, onde deixou um rasto. Era bom dignificar o local e colocar a pedra em local de destaque. A praça do centro da Vila de Vagos, junto ao Palácio da Justiça, junto ao Palacete Visconde de Valdemouro e junto à Igreja Matriz merece melhor iluminação, trata-se do centro da Vila, merece muita dignidade. -----

----- O senhor Deputado Nuno Moura usou da palavra e começou por felicitar o senhor Presidente da Assembleia e nele cumprimentar os serviços técnicos da Câmara Municipal que tornaram possível esta transmissão *on-line*. Em segundo lugar, referiu que ao ler as notícias sobre Vagos ficou preocupado ao perceber que a Câmara Municipal terá usado resíduos que estavam na lixeira de Calvão para obras, nomeadamente, segundo aqui se entende, obras em Ponte de Vagos. Esta é uma afirmação grave e o senhor Deputado gostava de ver esta questão esclarecida por parte do senhor Presidente da Câmara. -----

----- O senhor Deputado Paulo Malta usou da palavra e perguntou ao senhor Presidente da Câmara, neste momento, qual é a previsão do término da estrada Rines/Sanchequias. -----

----- O senhor Deputado Sérgio Martins usou da palavra e quis deixar uma pequena reflexão, porque como membro deste órgão não poderia deixar de o fazer. Este é um momento de transição, e que é muito bom poder ter-se esta possibilidade de abertura para o exterior. Todos os membros desta Assembleia Municipal são, e continuarão, a ser representantes dos vaguenses porque foram eles que assim escolheram e, por isso, a sua obrigação é continuar a honrar o compromisso para o qual foram eleitos. Ninguém está aqui em representação própria ou de outros interesses, mas sim dos vaguenses. Isto faz transpor para aquilo que é a sua preocupação. A política de hoje leva a que não se saiba se os caminhos que estão a ser seguidos são os que melhor servem quem elegeu estes representantes. A função destes representantes é continuar a dignificar quem os escolheu. Vagos sempre se pautou pelo respeito mútuo e pela elevação e é isso que se continuará a fazer. Naturalmente que há questões mais sensíveis que outras, não se sabendo se são tão possíveis de serem concretizadas, dando como exemplo a última aprovação na Assembleia da República sobre a questão da legalização da eutanásia. O senhor Deputado não sabe se estes são os caminhos que a política pode de facto percorrer, os políticos são mandatados pelas pessoas e as pessoas deram-lhe algo e por isso é difícil perceber até que ponto é que há o direito de ultrapassar aquilo que foi legado. Os políticos foram escolhidos por projetos, por ideias e não por aquelas que depois de terem sido eleitos para estes cargos possam exercer. O senhor Deputado gostaria muito de poder continuar a exercer este cargo, o de membro da Assembleia Municipal de Vagos, com esta elevação que sempre nos pautou e que vai continuar a pautar, porque Vagos assim o merece. -----

----- O senhor Deputado Bruno Julião usou da palavra e deixou um cumprimento especial para quem permitiu que entrasse hoje em vigor o novo regimento que permite, sobretudo no domínio da transparência e de forma a dignificar um pouco mais esta Assembleia, atribuir aos seus membros uma maior responsabilidade. Entretanto, referiu-se a uma questão que saiu na imprensa, relativa à área da Educação, em que é dito que a Câmara Municipal de Vagos está a aguardar o agendamento de uma reunião com a nova Secretária de Estado da Educação, designadamente para a colocar a par do ponto de situação do Colégio de Calvão. Não se sabendo se essa reunião já ocorreu, mas seria útil os membros da Assembleia Municipal saberem que ponto de situação é que a Câmara Municipal pretende transmitir ao Governo, até pelas inúmeras discussões que esse tema teve aqui. É também importante lembrar o trabalho que este órgão fez através do Grupo Municipal da Educação apresentando um relatório que contém um conjunto muito amplo de recomendações tanto para o Colégio como para os autarcas deste Concelho. Para o Colégio no domínio da gestão dos recursos humanos, da gestão infraestrutural, da atividade da instituição e para os Autarcas no âmbito da discussão que têm de ter no projeto educativo e na carta educativa municipais e muito em particular a nota que ficou sobre o contrato de associação. O senhor Deputado perguntou se a Autarquia acolhe estas recomendações, se vão considerá-las na transmissão a todas as partes envolvidas inclusive ao Governo. -----

----- O senhor Deputado Jorge Pereira usou da palavra e congratula-se pela transmissão *on-line* que está a decorrer e por dar oportunidade a todos os Vaguenses de ouvirem os representantes que elegeram a falar dos assuntos que lhes dizem respeito. Continuando, a primeira questão é dirigida ao senhor Presidente da Assembleia Municipal, ou seja, perguntou qual o ponto de situação relativa a uma intervenção do público que houve numa sessão ordinária realizada a vinte e oito de junho de dois mil e dezanove. A segunda questão foi dirigida ao senhor Presidente de Câmara, ou seja, qual o ponto de situação quanto à criação e manutenção das faixas de segurança das estradas, junto às empresas, casas particulares e linhas de energia. A ideia que dá é que esta limpeza iniciou a bom ritmo e, entretanto, abrandou. Questionou, também, o que é que irá acontecer aos particulares que não limpam os seus terrenos, como é que a Câmara Municipal vai agir relativamente a este assunto. -----

----- O senhor Deputado Hugo Santos usou da palavra e questionou o senhor Presidente da Câmara sobre o ponto de situação do projeto da requalificação das Escolas Básicas de Quintã e Ouca. A segunda questão prende-se com a ligação da estrada Ouca/São Romão que teve alguns prejuízos, devido ao mau tempo, e se está previsto algum processo de requalificação para o mesmo. Solicitou também esclarecimento em relação à questão do lixo, em que ponto se encontra a renegociação do contrato e se já há alguma novidade sobre o concurso que se encontra em andamento. Entretanto, deixou um alerta que se prende com o facto de a Câmara Municipal por vezes autorizar alguns passeios todo o terreno e as Juntas de Freguesia não são informadas sobre o percurso. O que acontece é que por vezes esses percursos são por caminhos rurais que ficam bastante deteriorados e depois a Junta de Freguesia tem de intervir para que voltem a ficar

transitáveis. O senhor Deputado pede que seja feita alguma sensibilização junto de quem organiza este tipo de atividade para que tenham em consideração esses prejuízos. -----

----- O senhor Deputado Juan Martins usou da palavra e começou por questionar o senhor Presidente da Câmara sobre a transferência de competências. Houve aqui uma fase em que se tinha prazos curtos a cumprir, tendo havido inclusive sessões extraordinárias da Assembleia Municipal para aprovar algumas transferências. O senhor Deputado pergunta qual o ponto de situação destas transferências. Em relação à estrada Rines/Sanchequias perguntou como é que funciona a nível de cotas ou de frentes de casas, porque há pessoas que estão a reclamar pessoalmente e a chamar à atenção para esses pormenores. De seguida fez um pedido à mesa e à Assembleia Municipal. No Governo do PSD foi feita a agregação de Freguesias por imposição da “TROIKA” que esta Assembleia Municipal e o PSD de Vagos se opôs e fez notícia dessa oposição para que esse processo não avançasse. Nesse seguimento o senhor Deputado solicita ao senhor Presidente da Mesa que faça uma reunião para tratar deste assunto, porque no anterior Governo do PS houve a abertura suficiente para fazer a desagregação de Freguesias e ficou, teoricamente, suspenso porque estava muito próximo das eleições. Aquilo que o PSD de Vagos considera é que está na altura de voltar a falar com o Governo e mostrar-lhe a necessidade e a vontade desta desagregação das três Freguesias do Concelho de Vagos que foram envolvidas neste processo. ----

----- O senhor Presidente da Assembleia Municipal respondeu às questões que lhe foram colocadas. Em relação à agregação de Freguesias a Mesa tomou em boa nota e será estudada a forma correta de dar resposta a esse apelo. Relativamente à questão levantada pelo senhor Deputado Jorge Pereira a Assembleia Municipal não enviou para o Ministério Público a ata. O senhor Presidente tem conhecimento que há um inquérito a decorrer, já foi ouvido no âmbito desse inquérito, e informou quando foi ouvido, que havia a ata da sessão e que se o Ministério Público assim o entender pode pedir e a Assembleia Municipal disponibilizará tudo o que tem sobre o assunto. Aquando da elaboração da ata houve o cuidado de passar para o documento de forma precisa aquilo que foi dito, para salvaguardar claramente qualquer diligência ou qualquer utilização desses documentos em termos de procedimento de inquérito. Por iniciativa própria a Mesa não enviou o documento, disponibilizou-se para o fazer caso o Ministério Público assim o entendesse. –

----- O senhor Presidente da Câmara Municipal usou da palavra para responder às questões levantadas pelos membros da Assembleia Municipal. Começou por elogiar o novo Regimento da Assembleia Municipal que torna possível que todos os Vaguenses possam ter conhecimento das decisões tomadas por este órgão e que estas sejam cada vez mais públicas. Agradeceu a todos os membros desta Assembleia Municipal a colaboração para que fosse possível esta transmissão *on-line*, e assim colocar a política ao serviço das pessoas. Em relação ao assunto abordado pelo senhor Deputado Sérgio Martins o senhor Presidente concorda com o que foi dito e considera que o que os senhores Deputados da Assembleia da República fizeram a semana passada foi um mau exemplo e um péssimo serviço que prestaram ao país. Este debate não entrou na ordem do dia aquando das eleições e, portanto, deveria ter sido, no limite máximo, colocado em referendo a questão aos portugueses para que estes pudessem responder de forma livre, descomprometida e

com um debate profundo, porque há aqui várias questões que precisam de ser discutidas e não foram. No que respeita à estrada da Lavandeira foi reportado pela Junta de Freguesia que a via estava com muitos buracos e ir-se-ão fazer as operações de manutenção logo que possível. A questão do Posto Médico do Covão do Lobo, depois de ter falado durante o dia de hoje com o Dr. Pedro Almeida, o senhor Presidente não tem boas notícias. A má notícia não tem a ver com a questão do objetivo, porque esse foi tornado público há pouco tempo pelo Dr. Pedro Almeida numa entrevista que deu à Vagos FM, que é manter e abrir o Posto Médico do Covão do Lobo. A má notícia prende-se com o facto das duas médicas que estavam colocadas no Posto Médico de Ponte de Vagos pediram transferência e esta foi aceite e, portanto, vai ter de se abrir mais dois lugares para serem colocados dois médicos na Ponte de Vagos para poder garantir a abertura do Posto Médico do Covão do Lobo. Em relação ao Orçamento Participativo 2017 duas das intervenções estão concluídas, as outras duas, por força de algumas intervenções paralelas que a Câmara Municipal está a fazer, terão condições de serem executadas ainda este ano. Relativamente à Estrada Florestal a ideia apresentada pelo senhor Deputado António Bastião não é solução, pois obrigaria os camiões a passar, nesta fase, em frente ao Colégio de Calvão onde estão cerca de mil e tal crianças. A Câmara Municipal cortou o trânsito na estrada florestal que passa em frente ao Colégio de Calvão e, entretanto, agora até a propósito do alcatroamento do estradão do Seixo de Mira é que os camiões voltaram a passar com esta força na freguesia da Gafanha da Boa Hora. Entretanto, com a articulação com a Câmara Municipal de Mira ir-se-á levar um parecer que a Câmara Municipal de Mira aprovou, onde esta vai proibir a passagem de tráfego pesado no estradão do Seixo. Assim sendo, à partida essa solução vai resolver o problema. O que faz sentido é aquilo que o senhor Presidente já vem referindo há algum tempo, isto é, que o tráfego pesado circulasse pelas auto-estradas, A17 e A25, e para isso é necessária vontade política, nomeadamente da Assembleia da República e do Governo. No que respeita aos ecopontos deve-se a uma campanha de reforço promovida pela ERSUC. A Câmara Municipal tem feito trabalho junto da ERSUC no sentido de fazer entender esta entidade que a distribuição dos ecopontos deve ter outros critérios que não o da população, porque depois leva a uma descontextualização muito grande. Só se pode incentivar as pessoas à reciclagem se houver uma quantidade de ecopontos adequada às necessidades das pessoas. Em relação à intervenção do senhor Deputado Óscar Gaspar referiu que não deixa de ser curioso que seja um membro do Partido Socialista, que é responsável por cobrar 95% do IRS, venha dizer que a Câmara Municipal devia devolver 5% aos Vaguenses. O senhor Presidente sugere que o Governo baixe os impostos, nomeadamente os impostos indiretos como por exemplo o imposto sobre os combustíveis. A Câmara Municipal tem a taxa de IMI mais baixa, o que socialmente é muito mais justo do que a questão do IRS. Relativamente às escolas fechadas e desativadas a Câmara Municipal tem um protocolo de cedência, da maior parte destes estabelecimentos, às Juntas de Freguesia e depois são estas entidades que fazem a gestão. As escolas de Tabuaço e Mesas estão entregues a associações locais, na Gafanha da Boa Hora estão todas a funcionar à exceção de uma que é utilizada pela Câmara Municipal para arquivo morto. Em relação à antiga Capela das Mesas esta é propriedade

privada e, portanto, não cabe à Autarquia auxiliar naquilo que são intervenções em locais privados, assim como restaurar a zona envolvente. Quanto à questão da pedra de Santa Catarina já foi referenciada e devidamente documentada aquando do apoio que em conjunto se fez por altura dos quinhentos anos do Foral de Sorães e, portanto, foi dado o devido destaque. Em breve será feita uma intervenção, que é uma intenção da Junta de Freguesia de fazer. Em relação ao Centro da Vila está em execução um projeto para a melhoria da iluminação nesse espaço, sendo certo que já foram feitas algumas intervenções, nomeadamente a substituição dos globos que estavam avariados. Relativamente à questão dos resíduos em Calvão no entender dos serviços é que a Junta de Freguesia não comunicou nada e havia uma metodologia de trabalho que não foi cumprida por parte da Junta de Freguesia de Calvão e houve uma reunião com o Presidente de Junta e ficou tudo esclarecido e ir-se-á melhorar o funcionamento. No que respeita à situação do Presidente da Junta de Freguesia ele referiu que não foi bem aquilo que ele disse mas essa é uma questão que ele terá de resolver com a imprensa. A verdade é que não faz nenhum sentido essa afirmação, porque na obra de Rines/Sanchequias o material que está a ser utilizado é o que está previsto no caderno de encargos da empreitada e, portanto, é material novo que está bem à vista no estaleiro. Quanto à previsão do fim da obra a data é trinta de junho de dois mil e vinte. A obra, agora, está a evoluir um pouco mais rápido, o tempo está a melhorar e tem permitido que haja uma evolução dos trabalhos um pouco mais rápido. Continua a haver vários problemas na obra mas isso é uma questão normal. Há uma empresa contratada para fazer a fiscalização que gere diretamente com a Câmara Municipal, que é o dono da obra, e vai-se gerindo as questões que vão surgindo em obra nas reuniões semanais, que se realizam às quartas-feiras. Os senhores Presidentes de Junta estão informados dessas reuniões e, portanto, há aqui uma articulação entre a Câmara Municipal, que é o dono de obra, as Juntas de Freguesia e a fiscalização que acompanha a obra no terreno todos os dias. Relativamente às entradas o que está a ser articulado com as Juntas de Freguesia é de tentar que sempre que possível haja uma planimetria constante e estável em todo o passeio, o que nem sempre é possível. Mas quando é possível resolver os problemas nas casas das pessoas resolvesse, porque há pessoas que não deixam que se entre nas suas casas, ou seja, para manter o passeio plano as intervenções a serem feitas tem de ser dentro das entradas das casas das pessoas. Há algumas dificuldades por parte das Juntas de Freguesia para arranjar pessoal para executar estas intervenções mas está-se a articular para se fazerem todas as intervenções necessárias, sendo certo que o passeio não vai dar para ter o que o senhor Presidente tanto desejava que era que fosse plano em toda a sua área. A ciclovia servirá de compensação, porque em quase todo o circuito ela é plana. Em relação às escolas de Calvão e ao Colégio, foi pedida uma reunião à senhora Secretária de Estado para lhe fazer um ponto de situação. O senhor Presidente teve oportunidade com a agora Ministra que tem a tutela da Autarquias Locais, Dr.^a Alexandra Leitão, no sentido de lhe dizer que ia solicitar essa reunião para que no fundo a Sr.^a Susana Amador ficasse com o mesmo nível de conhecimento daquilo que se foi conversando com a anterior Secretária de Estado. Depois de algumas “peripécias” o senhor Presidente e a anterior Secretária de Estado ficaram com uma relação muito próxima e ela

percebeu bem aquela que era a intenção da Câmara Municipal relativamente ao Colégio de Calvão. Independentemente daquilo que foi o trabalho meritório do grupo de trabalho da educação da Assembleia Municipal a Câmara Municipal não mudou de opinião por causa do trabalho feito. A Câmara Municipal manteve a sua opinião relativamente à importância da Infraestrutura do Colégio de Calvão funcionar e da importância da manutenção do seu contrato de associação, que curiosamente no último ano letivo até cresceu numa turma em relação àquilo que era o ano letivo anterior. A importância que se quis dar ao Colégio foi de facto envolver aqui aquele estabelecimento de ensino na solução do primeiro ciclo e com isso dar aqui uma colaboração financeira para que o Colégio possa manter a sua atividade. É público que o Colégio tem tido algumas dificuldades mas a Câmara Municipal continua muito presente nessa ajuda ao Colégio. Em relação à questão da faixa de segurança até quinze de março é com os proprietários, a partir daí é que a Câmara se fará substituir a estes de acordo com a lei. As ações que estão previstas naquilo que são as faixas da Câmara Municipal estão a ser feitas. Quanto ao projeto de Requalificação da Escola de Ouca está a ser elaborado. A questão dos RSU's o concurso público está lançado e, portanto, está-se a aguardar que haja desenvolvimentos. Relativamente às atividades todo o terreno quando acontecem de forma ilegal a Câmara Municipal não tem forma de controlar. A questão da agregação de Freguesias o senhor Deputado Juan Martins terá o apoio da Câmara Municipal, porque foi sempre essa a posição da Câmara. Quanto à questão da transferência de competências infelizmente aquilo que tem sido denotado pela Câmara Municipal é uma total falta de resposta por parte da Administração Central relativamente a quase todas as competências com exceção da educação. A transferência de competências da EN 109 faz agora um ano, o Governo tinha sessenta dias para responder e até hoje continua-se a aguardar resposta, com todas as questões que estão pendentes em relação a esta via e que põe em causa a segurança de pessoas e bens. Relativamente aos prejuízos que ocorreram em dezembro a Câmara Municipal já elaborou um relatório que enviou para o Ambiente e, neste momento, aguarda-se resposta. Há duas ou três semanas numa reunião com a senhora Ministra que veio à Comunidade Intermunicipal, o senhor Presidente de Câmara deu-lhe nota da necessidade de haver algum apoio do fundo de emergência municipal. Neste momento, aguarda-se alguma resposta. -----

----- O senhor Deputado Óscar Gaspar voltou a usar da palavra e referiu que em relação à intervenção do senhor Deputado Juan Martins nunca viria aqui dizer que as Freguesias de Vagos, como as do resto do País, foram extintas pelo Governo. O que veio aqui dizer é que foi de notar a desfaçatez do senhor membro da Assembleia, o Presidente do PSD local, que agora quer interpolar o atual Governo no sentido de reverter a medida. A medida que supostamente o PSD acatou, agora quando já está na oposição quer reverte-la, porque agora é má, uma vez que já não é Governo. Isto é uma atitude inaceitável, estão a brincar com os Vaguenses, porque a verdade é que foi o PSD que acabou com as Freguesias. -----

----- O senhor Deputado Bruno Julião voltou a usar da palavra e referiu que gostaria de esclarecer o senhor Deputado Juan Martins que o artigo 31º do Regimento da Assembleia Municipal permitir usar partes, vozes de concordância e desconcordância ou análogas, portanto, é perfeitamente

normal. O senhor Deputado sempre respeitou e nunca desrespeitará aqui nenhuma intervenção e irá naturalmente manifestar-se, a miúdo, sobre algumas porque faz parte. Segunda nota que quis deixar é que atendendo à resposta do senhor Presidente da Câmara sobre o Colégio de Calvão o senhor Deputado sugeriu que o grupo municipal da educação da Assembleia Municipal reunisse com urgência para rever as recomendações, porque entende que está na altura de as visitar. Por último, deixou uma pergunta ao senhor Presidente da Câmara sobre o PERU, ou seja, qual o ponto de situação do Plano Estratégico de Reabilitação da vila de Vagos. -----

----- O senhor Deputado Juan Martins voltou a usar da palavra e dirigindo-se ao senhor Deputado Óscar Gaspar referiu que fica um pouco admirado pela ignorância demonstrada, por uma simples razão, o senhor Deputado nunca escondeu que foi no Governo do Dr. Passos Coelho, reconheceu que foi no Governo de Passos Coelho que as freguesias foram extintas e qual a razão, mas há uma situação para que diga que é ignorância do senhor Deputado Óscar. Esta Assembleia Municipal, em que o senhor Juan Carlos fazia parte, foi contra a agregação das Freguesias, mandou cartas para o Governo do PSD nesse sentido. Portanto, aquilo que foi dito sobre a desfaçatez deve ser corrigida porque é ignorância pura e tem as atas aprovadas que pode consultar, são públicas. O PSD de Vagos foi contra a agregação de Freguesias, continua a ser e aquilo que falou, e já foi falado nesta Assembleia Municipal, é que houve abertura do Governo do PS, e disse-o aqui há pouco. Não está a acusar nada nem ninguém. Houve e abertura do Governo do PS para a desagregação das Freguesias e falou-se aqui. Entretanto, foi suspenso porque o senhor Primeiro Ministro disse que depois das eleições legislativas voltar-se-ia ao assunto. O senhor Deputado aproveitou este momento para dizer e para pedir à Assembleia Municipal que se junte para dar início ao processo de desagregação destas três Freguesias, porque a Assembleia Municipal e o PSD de Vagos sempre foram contra a agregação das mesmas. -----

----- O senhor Deputado Jorge Pereira voltou a usar da palavra e referiu que o grupo municipal do CDS não ficou totalmente esclarecido com a explicação do senhor Presidente da Assembleia Municipal, relativamente ao seguimento do processo. A ata é pública e o senhor Deputado vai ler o que ficou registado, e que fique bem claro que o que está em causa não é o conteúdo é a forma, é ter a certeza de que o que é deliberado é depois cumprido. Na página vinte e oito da ata do dia vinte e oito de junho, diz: *“o senhor Deputado Nuno Moura diz... que o grupo municipal quer ver estas questões perfeitamente resolvidas e, por isso, requereu ao Presidente da Assembleia Municipal que seja emitida cópia da ata e enviada ao Ministério Público para investigação.”* A ideia que ficou é que pelo menos ir-se-ia fazer alguma coisa em relação a este assunto. Neste sentido, pede um melhor esclarecimento sobre esta questão. -----

----- O senhor Presidente da Assembleia Municipal usou da palavra e referiu que tem de reafirmar o que disse há pouco, ou seja, porque é o que corresponde à verdade. A Assembleia Municipal por sua iniciativa não enviou nada para o Ministério Público. O senhor Presidente foi ouvido em sede de inquérito que está a decorrer e informou quem de direito que toda a documentação da Assembleia Municipal que fosse necessária seria imediatamente disponibilizada, se o Ministério Público assim o entender. Na altura houve aqui, de facto, essa intervenção do senhor Deputado

Nuno Moura, mas a verdade é que a Mesa por sua iniciativa não enviou nada. Se o Ministério Público entender pedir a ata ser-lhe-á imediatamente enviada. De qualquer modo se a Assembleia Municipal entender que a Mesa deve enviar a ata para o Ministério Público, mesmo sem este a ter pedido, assim o fará. -----

----- O senhor Presidente da Câmara voltou a usar da palavra e referiu que quanto às questões das Freguesias é importante que fique uma resposta clara à intervenção do senhor Deputado do Partido Socialista porque a história não deve ser rescrita. É bom que as pessoas tenham sempre presente porque é que houve um memorando de entendimento com a *TROIKA*, porque é que esse memorando teve de ser assinado e de quem é a assinatura que está presente nesse memorando de entendimento. Quem assinou esse documento foi um Governo do Partido Socialista, liderado pelo Eng.º José Sócrates, que pela terceira vez em Portugal levou o país à bancarrota e a obrigá-lo a pedir ajuda externa. Nessa ajuda externa e nesse memorando de entendimento está a questão do fim daquilo que depois se veio a entender ser as Freguesias. É verdade que não é claro no memorando de entendimento que sejam as Freguesias, mas a questão é se o que lá estava era acabar com concelhos. A única alternativa às Freguesias era acabar com Concelhos, era essa a intenção do Partido Socialista? O PSD e o CDS tiveram de exercer e fazer cumprir um memorando de entendimento muito difícil para os portugueses, onde muitos deles tiveram muita dificuldade em entender, e que no fim o povo português conseguiu compreender as razões e percebeu que teve de ser o PSD, pela terceira vez, a pôr “a casa em ordem”. Relativamente ao PERU foi aprovado em sede de Assembleia Municipal e está em execução. Infelizmente, não está a ser tão utilizado como se desejaria. O importante era que mais pessoas aderissem a esta Regeneração Urbana, há benefícios fiscais nomeadamente em sede de IVA, IRC e IRS, no caso de imóveis que depois sejam colocados no mercado de arrendamento. A Câmara Municipal tem essa tipologia ainda só na sede de Concelho, na vila de Vagos, numa área muito ampla, mas é intenção da Autarquia fazer também chegar estas possibilidades e estes benefícios às sedes das antigas onze Freguesias. É uma matéria que irá ser trabalhada durante o ano de dois mil e vinte para ser implementada em dois mil e vinte e um. Em paralelo a isto a Câmara Municipal está a trabalhar na estratégia local de habitação, que é uma medida meritória do Governo, no âmbito da Ação Social com a contribuição das Freguesias. Esta estratégia local de habitação também tem como último fim poder proporcionar às pessoas a recuperação e a regeneração urbana. Essa é uma matéria importante, o centro das aldeias e das vilas do Concelho de Vagos a ficar cada vez mais desertificados e, por isso, tornar-se necessário proporcionar condições às pessoas para que elas possam fazer a recuperação dos seus edifícios. Depois disto, a Assembleia Municipal e a Câmara Municipal terão de adotar outras medidas previstas no código do IMI, por exemplo, da sobretaxação daqueles imóveis que claramente estejam abandonados e que os proprietários não queiram fazer qualquer tipo de intervenção. Mas antes disso faz sentido criar as condições para que as pessoas façam operações de regeneração urbana tão importantes para as sedes de Freguesia e do Concelho. -----

----- De seguida o senhor Presidente da Assembleia Municipal passou para o período da ordem de trabalhos. -----

-----F – Período da “ordem de trabalhos” -----

-----PONTO UM: **APRECIÇÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL SOBRE A ATIVIDADE MUNICIPAL E SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO, NOS TERMOS DA ALÍNEA c), DO Nº2, DO ARTIGO 25º, ANEXO I, DA LEI 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO;** -----

----- O senhor Presidente da Câmara Municipal prescindiu da leitura da informação, uma vez que o documento foi enviado antecipadamente a todos os membros. -----

----- O senhor Deputado Jorge Pereira usou da palavra, e relativamente a este ponto, referiu que a dívida a fornecedores atinge o valor de um milhão setecentos e quarenta mil euros. Portanto, a Câmara Municipal deve em fevereiro de dois mil e vinte duzentos e quarenta mil euros a fornecedores e deve um milhão, cento e sessenta e cinco mil euros a empreiteiros. É batido um novo record de dívida do Município, pelo menos neste mandato, que chega a treze milhões de euros, um aumento em três meses de quinhentos e cinquenta mil euros. Em relação à questão da informação do senhor Presidente os munícipes provavelmente não sabem, mas isto é um documento interno, só enviado aos Deputados, e tem sido aqui debatido várias vezes a forma do documento, a ausência de alguma informação e a repetição de outra. Uma das questões que é aqui debatida muitas vezes prende-se com a informação jurídica, processos que se arrastam há três quatro anos. Se for tido em conta que há quatro ou cinco Assembleias, quatro ou cinco informações, estão aqui coisas faladas catorze ou quinze vezes e, por isso deixou uma sugestão. O senhor Deputado sugeriu que só deviam vir plasmadas no documento as informações jurídicas que tivessem alguma alteração, algum dado novo. Relativamente à parte cultural assiste-se, também, a uma repetição constante ainda mais agora que há uma agenda do Município, que contém todas as atividades, principalmente da parte da Biblioteca e dos espetáculos e depois assiste-se, em várias páginas, a eventos que se vão sobrepondo. Algo positivo, finalmente na parte do Planeamento e das Obras Públicas vem referida a obra de reabilitação do Palacete Visconde de Valdemouro, que é importante, assim como a assinatura de contratos relativos à reabilitação do Bairro Social Dr. Pedro Guimarães. Este documento necessita urgentemente de ser revisto e o grupo municipal do CDS-PP está disponível, como sempre esteve, para colaborar e apresentar propostas que tornem este um documento importante para todos. -----

----- O senhor Presidente da Assembleia Municipal informou os membros de que antes da sessão iniciar teve a oportunidade de reunir com os porta-vozes dos grupos municipais para falar da metodologia e forma a adotar em relação à informação do senhor Presidente da Câmara Municipal. Portanto, logo que possível reunirão para resolver este assunto de uma vez por todas. -----

----- O senhor presidente da Câmara usou da palavra e referiu que há pouco se esqueceu de parabenizar a Assembleia Municipal pela nomeação para a Gala D'Ouro e estendeu os parabéns à senhora Vereadora Sara Caladé e à Junta de Freguesia de Calvão. Em relação à questão da dívida ter-se-á a oportunidade de discutir o assunto na próxima sessão da Assembleia Municipal,

em abril, aquando da discussão e votação da Prestação de Contas 2019. O senhor Presidente já havia afirmado aqui nesta Assembleia que quando se iniciou a obra da estrada Rines/Sanchequias, e com a contração de empréstimos que iria haver, iria estagnar o ciclo de dez anos seguidos em que o Município de Vagos, consecutivamente, reduziu a dívida. Portanto, este ano não é novidade estes valores e não é nada que a Câmara Municipal não tivesse avisado atempadamente, ou seja, logo que iniciou esta obra tão importante para a zona sul do Concelho de Vagos e que tem um custo financeiro bastante elevado. Contudo, não haverá um aumento na casa daquilo que foi referido pelo senhor Deputado Jorge Pereira, isto é, o aumento será bastante mais reduzido. Em relação à informação o senhor Presidente sempre ouviu as queixas relativamente a este documento por excesso de informação e não por escassez. Relativamente aos processos é verdade que alguns andam “por aí” há umas sessões consecutivas. Por exemplo, se for o caso de um processo administrativo é caso para demorar uns dez anos para resolver. O estar ou não estar o senhor Presidente não vê grande relevância, porque o estar ou não estar e mostrar que não houve evolução também não incomoda ninguém. A propósito desta questão o senhor Presidente andou a ver documentos de outras Autarquias e verificou que em algumas a informação é três vezes mais que a de Vagos, até as representações do Presidente da Câmara estão lá. Em relação a este documento só tem aquilo que deve ter, por exemplo a questão da Requalificação do Palacete Visconde de Valdemouro só veio agora porque é agora que deve estar e não antes. Já foi aprovado o projeto em sede de reunião de Câmara e está-se a tratar de todos os procedimentos para fazer o lançamento da empreitada. Já houve reuniões, e foi pedida ajuda ao senhor Vereador João Domingues para as questões mais técnicas, para ultimar todos os pormenores para lançar a empreitada em termos de plataforma. Em termos de reunião de Câmara o projeto está aprovado. –

----- O senhor Deputado Nuno Moura usou da palavra e referiu que respeitando a opinião de todos os colegas da Assembleia Municipal quis também partilhar a dele, até porque se corre o risco desta informação ser alterada. O senhor Deputado, pessoalmente, gosta muito desta informação do senhor Presidente da Câmara e considera que a mesma deve ser assim completa até porque tem questões legais a respeitar, nomeadamente o anexo I do decreto-lei 75/2013. O senhor Deputado deu-se ao trabalho de ir ver informações de outras Câmara Municipais e, há exceção de uma, em que a informação é uma folha A4, todas são bem mais extensas do que as de Vagos. A informação sendo mais extensa permite que os membros da Assembleia Municipal leiam apenas aquilo que lhes interessa e o que não quiserem ler permite aos outros que quiserem ler, tenham acesso a essa informação. Por outro lado, em sua opinião, parece deselegante que a Assembleia Municipal proponha ao senhor Presidente da Câmara que altere a sua informação, que na realidade é um documento do Presidente da Câmara. -----

----- O senhor Deputado Óscar Gaspar usou da palavra e em relação à informação do Presidente da Câmara referiu que aquilo que tem sido dito nas sessões da Assembleia Municipal é que este documento pela forma como é feita, e a questão não é tanto o conteúdo, não tem valor. Já houve aqui casos em que a Câmara não fez no documento referência a coisas importantes, como por exemplo a NATÁL(i)A quando esta atividade tinha acontecido uns dias antes e até dava ideia que

no trimestre anterior este evento não tinha sido relevante na atividade do Município. Portanto, aquilo que é aqui apresentado é um rol de atividades dos serviços da Câmara Municipal e alguns deles nem se sabem o que é que são. Isto é feito dos serviços para os serviços e é com certeza bem feito, mas, na opinião do senhor Deputado, não tem utilidade. Outra questão que também tem sido muitas vezes referida é a listagem de todos os processos judiciais. Aquilo que aqui se discutiu na última Assembleia Municipal é que o Partido Socialista, em devido tempo, apresentou, há mais de oito meses, aos outros grupos parlamentares aquilo que no seu ponto de vista era uma reformulação da informação do Presidente da Câmara para que houvesse mais transparência e a informação fosse o mais relevante possível. Se senhor Presidente da Câmara depois entender acolher as sugestões, ou não, isso já é outra questão. O senhor Deputado considera que todos ficariam a ganhar se este ponto da ordem de trabalhos, que é legalmente obrigatório em todas as Assembleias Ordinárias, fosse da maior utilidade para os membros da Assembleia Municipal. -----

----- O senhor Presidente da Câmara voltou a usar da palavra e referiu que quanto à informação já se disponibilizou diversas vezes para melhorar este documento, que esteve sempre em cumprimento da lei. O que se pretende é que esta informação seja o mais legível possível para todos, mais completa e que se retirem algumas coisas. Agora, nunca irão ver o Presidente da Câmara Municipal de Vagos, pelo menos enquanto o for, a ter um documento em que os membros da Assembleia Municipal tenham oportunidade de vir aqui dizer que falta informação. A informação está aqui, quem quiser ler tudo lê, quem não quiser, lê só o que lhe interessa. O senhor Presidente ainda não conseguiu perceber qual é o problema da questão da informação, embora continue disponível para melhorar aquilo que os membros da Assembleia entenderem. -----

----- O senhor Deputado Jorge Pereira voltou a usar da palavra e perguntou se não seria pertinente as questões da NATÁL(i)A virem plasmadas neste documento, porque não há qualquer referência a este evento. Quem ler esta informação parece que esta atividade nem aconteceu e até é uma iniciativa importante e diferenciadora para o Concelho de Vagos e, por isso, devia vir aqui referida.-----

----- O senhor Deputado Óscar Gaspar voltou a usar da palavra só para reiterar que ao contrário daquilo que o senhor Presidente quis dizer o problema não é a informação estar a mais. Também é verdade que informação a mais é para que o mais relevante fique perdida na informação total. Mas aqui o que se passa é que, de facto, como ainda agora foi aqui explicitado, há informação que deveria estar e não está. Aquilo que deveria haver é uma sumula daquilo que é o mais importante e não aquilo que é o funcionamento de rotina dos serviços, mas aquilo que é relevante para a Câmara e para o Município no trimestre anterior. Por outro lado, também já tem acontecido aqui o senhor Presidente ser confrontado com algumas atividades em que claramente ele não sabia que lá estavam. Isto não é feito pelo Gabinete do Presidente nem é feito com o intuito de dar informação aos Vaguenses e à Assembleia Municipal, é um rol de atividades que são feitas ao longo do tempo. No caso concreto da questão dos processos judiciais a questão não é o não se gasta papel porque não há necessidade de imprimir, mas é preciso ver processo a processo se já estava no trimestre anterior, se é um processo em curso ou se é alguma coisa nova, isso é que é

relevante. -----

----- O senhor Presidente da Câmara voltou a usar da palavra e referiu que em relação aos processos judiciais só aparece uma menção nova caso haja alguma evolução, mas o senhor Presidente não vê nenhum inconveniente em que venham referidos na informação. Em relação à NATÁL(i)A foi a primeira vez em que os membros desta Assembleia Municipal chamam à atenção para uma atividade que não está, e, de facto, não está. Na última informação não podia estar, mas nesta devia estar, mas o senhor Deputado Jorge Pereira também disse há pouco que o que está na agenda cultural não tem necessidade de estar nesta informação do Presidente da Câmara. -----

----- De seguida o senhor Presidente da Assembleia Municipal passou para o ponto dois da ordem de trabalhos, aprovado em Reunião de Câmara ordinária do dia 06 de fevereiro de 2020. -----

----- **PONTO DOIS: AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DO INVESTIMENTO PARA CONTRAÇÃO DE EMPRÉSTIMO – REQUALIFICAÇÃO E AMPLIAÇÃO DA EB DA QUINTÃ – PROC.ºE11/2019;** ---

----- O senhor Presidente da Câmara Municipal fez uma breve apresentação do ponto, de acordo com informação previamente enviada a todos os membros da Assembleia Municipal, e no final disponibilizou-se para esclarecimentos adicionais. -----

----- O senhor Deputado Bruno Julião usou da palavra e referiu que se tem aqui estado a discutir questões de forma e legislativas sobre a contração de um empréstimo e, mais uma vez, fala-se neste tipo de investimentos. O que interessa aos Vaguenses é a razão desses investimentos e não se está aqui a falar de um investimento qualquer e sim de um investimento de mais de um milhão de euros. Qualquer investimento desta dimensão, e é um investimento que estaria previsto nas Grandes Opções do Plano e na Carta Educativa, é um investimento que precisa de debate. Há muita coisa a perceber, tais como: para que é que é esta ampliação; qual é a razão desta ampliação; e qual é a razão desta ampliação no contexto escolar vaguense. Depois destas questões esclarecidas é que deve falar num empréstimo, porque está-se a fazer ao contrário. Está-se aqui a trazer a Lei das Finanças Locais e porque é que se está a pedir este empréstimo, que já é outra questão, e antes de se perceber porque é que naquele sítio se vai investir mais de um milhão de euros. Isto não tira a bondade da intenção ao investimento, mas é um daqueles debates sobre um investimento estruturante que tem de vir aqui à Assembleia Municipal e era interessante ter um conjunto de critérios. Se a Assembleia Municipal quisesse podia recomendar um conjunto de critérios para discussões prévias aqui numa das sessões, sendo que o facto de a Câmara Municipal querer fazer um investimento de um milhão de euros é um bom critério para ser aqui discutido. -----

----- O senhor Deputado Óscar Gaspar usou da palavra e referiu que já se sabe que o senhor Presidente da Câmara enquadra assim os pontos que é para depois confundir todos e a dizer que caso votem contra é porque não são a favor do investimento na Requalificação da Escola de Quintã. Não é nada disso, agora, a questão tem de ser discutida. O grupo municipal do PS não podia ser mais favorável ao investimento, e ao reforço do investimento, na área da educação em Vagos. Há muitos anos que o Partido Socialista defende os Centros Escolares e, por isso, lamentam que Vagos não tivesse avançado para mais estabelecimentos de ensino deste género e,

portanto, esta é uma questão da máxima relevância. Assim, como também é relevante, não para os Vaguenses, mas para os membros desta Assembleia, a questão formal. O senhor Deputado não consegue perceber como é que se tem enquadramento para aprovar, hoje, um financiamento que será no mínimo cento e quarenta mil euros, se bem se entende, quando há uns minutos atrás acabou-se a discussão do ponto um onde é dito que a Câmara tem, à data, uma capacidade de endividamento de cento e quatro mil quinhentos e vinte e quatro euros. Esta questão não é nova, já tem acontecido várias vezes, ou seja, a Câmara diz que há uma capacidade de endividamento e depois propõe aqui algo substancialmente superior a esta capacidade de endividamento. Se a informação do senhor Presidente da Câmara está correta este ponto não devia ser votado da forma como é apresentado. -----

----- O senhor Deputado Jorge Pereira usou da palavra e referiu que no entender do grupo municipal do CDS-PP este ponto deve servir para refletir sobre a falta de visão estratégica da educação no Município de Vagos. Primeiro, relativamente à informação a que o munícipe tem acesso, sobre esta matéria, se forem ao *site* da Câmara Municipal, que o senhor Presidente e o grupo municipal do PSD tanto gostam de enaltecer, o que lá existe é a versão da Carta Educativa de dois mil e seis. Há uma Carta Educativa em dois mil e seis que é uma informação completamente desatualizada. Para quem não está informado sobre estas matérias nem percebe que houve uma revisão da Carta Educativa em dois mil e dezasseis que apontava uma data de caminhos, ou um caminho a seguir que depois, logicamente, a Câmara Municipal pode seguir ou não. E é com base nesta revisão da Carta Educativa que esta obra de requalificação deveria ser abordada. Na altura encomendou-se à Universidade de Aveiro uma Revisão da Carta Educativa que implicava, logicamente, uma atualização de informação sobre as tendências territoriais, demográficas e socioeconómicas com análise da rede escolar. Mas mais importante do que isso era o objetivo principal, que era obter de uma entidade externa credível e de grande prestígio, como a Universidade de Aveiro, contributos importantes sobre o futuro da educação e do Município, para depois, partindo dessa indicação, o Município traça-se o futuro da educação. A verdade é que analisando o documento e as propostas feitas pelo Grupo de Estudo de Território e Inovação, e que foi alvo nesta mesma sala de uma apresentação pública juntamente com o Executivo Municipal, não parece que tenha servido de alguma coisa ou se serviu foi de muito pouco. Um dos pontos seria o estado de conservação atual, isto em dois mil e dezasseis, dos estabelecimentos de ensino. Na altura foram referenciados: Jardins de Infância da Lomba, de Salgueiro e Soza em estado mau; EB da Quintã, EB de Ouca e a EB de Salgueiro em estado de conservação mau; A Escola de Soza em estado péssimo. Indo direto ao assunto, o que o grupo municipal do CDS-PP quer saber, é qual foi o critério que colocou a Requalificação da Escola Básica da Quintã, que estava classificada como mau, à frente da Escola Básica de Soza que foi classificada como péssimo estado. Para mais, se há uma Freguesia que tem crescido nos últimos anos é, efetivamente, Soza, devido à instalação das empresas no Parque Empresarial que fez, e muito bem, disparar o emprego naquela zona e que trouxe para ali muitos trabalhadores que precisam de vir para ali e precisam de uma escola digna para receber os seus filhos. Outro

caminho que o relatório apontava era a Requalificação e a Ampliação da EB de Cabecinhas e da EB de Ouca e até apontava que seria importante a forma de concentrar a Educação Pré-Escolar e do Primeiro Ciclo num só Equipamento em Ouca. Para finalizar, para quando a Requalificação e Ampliação da Escola Básica da Vigia. Nestas questões da educação podem sempre contar com o apoio do grupo municipal do CDS-PP, se é para a dívida crescer que seja neste tipo de investimentos e nesta área, ou seja, na educação. -----

----- O senhor Deputado Juan Martins usou da palavra e referiu que houve um plano estratégico que foi apresentado e debatido publicamente e que os munícipes se não tiveram conhecimento foi porque não quiseram ou não viram interesse. O plano estratégico foi aquilo que se quis para Vagos, e os membros da Assembleia Municipal também participaram nesse plano estratégico para Vagos. Entretanto, ouve-se o grupo municipal do PS a pedir uma discussão sobre este assunto quando se tem a requalificação destas escolas prevista no orçamento e a pedir mais uma vez que a Assembleia Municipal se substitua ao Executivo. O senhor Deputado questiona o Executivo sobre a estratégia para esta escola, EB da Quintã, e o que é que se pretende para as outras escolas. Está incluído num programa de intervenções e o senhor Deputado quer perceber um pouco melhor da estratégia para estas escolas. -----

----- O senhor Presidente da Câmara usou da palavra e recordou aquilo que disse na apresentação do ponto. O que se está aqui a discutir não é a aprovação do empréstimo, e sim a autorização prévia, prevista na lei, para depois então trazer aqui a questão do empréstimo. Sobre as questões de discussão não há tema que tenha sido mais discutido nos últimos anos deste executivo do que a educação no Concelho de Vagos. O senhor Presidente não tem culpa que alguns membros desta Assembleia andem distraídos e não contribuam para a discussão e depois a venham requerer quando já é tarde. Este assunto já foi discutido duas vezes. A primeira, aquando da Revisão da Carta Educativa, aprovada aqui nesta Assembleia, onde estão previstas uma série de intervenções e onde estão referenciadas algumas escolas que estavam em péssimo estado de conservação, nomeadamente uma que é a EB de Cabecinhas que está resolvido. Relativamente à Escola de Soza as questões que a colocavam num estado péssimo de conservação foram resolvidas naquele momento. Entretanto, estão a ser desenvolvidos projetos para duas escolas, porque o objetivo deste projeto é agregar de acordo com o que está discutido e aprovado na Carta Educativa, ou seja, transformar a Escola Básica da Quintã numa Escola Básica e Jardim de Infância. Na opinião do Executivo Municipal a escola que estava pior era a EB de Cabecinhas que foi a primeira a ser resolvida definitivamente, ou seja, transferiram-se os alunos do primeiro ciclo para o Colégio de N^a Senhora da Apresentação de Calvão. De seguida está-se a resolver os outros quatro assuntos pendentes, nomeadamente EB da Vigia, EB da Quintã, EB de Ouca e EB de Soza. Portanto, a Câmara Municipal está a dar integral cumprimento àquilo que foi aprovado quer na estratégia aprovada na carta educativa quer naquilo que se veio a discutir no Plano Estratégico elaborado em conjunto com a Universidade Aveiro. As obras que tiverem financiamento comunitário são excecionadas para contração de empréstimos bancários e como esta é uma das quatro que estão no Pacto terão financiamento comunitário e o empréstimo a obter

será excepcionado quando for aprovado e autorizado pelo Tribunal de Contas. A questão da discussão ampla deste tema mais não poderia existir. A questão mais prática, não se está a aprovar um empréstimo, isto é, essa fase virá cá posteriormente e será aprovado se os membros desta Assembleia assim o entenderem. Hoje só se está a votar a autorização prévia, de acordo com a Lei das Finanças Locais. -----

----- O senhor Presidente da Assembleia Municipal submeteu o ponto a votação, tendo o mesmo sido **aprovado por unanimidade**. O grupo municipal do PS apresentou declaração de voto: *“voto favorável, não obstante a falta de informação detalhada sobre a intenção de uma proposta de investimento avultada, de mais de um milhão de euros. Ainda que antecipemos a sua bondade e se tratar de melhorar condições numa área tão relevante como é a educação pública, importa conhecermos a justificação de todas as obras previstas, de recuperação e de ampliação bem como o seu impacto no funcionamento das restantes estruturas educativas, designadamente as mais próximas.”* -----

----- De seguida o senhor Presidente da Assembleia Municipal passou para o ponto três da ordem de trabalhos, aprovado em Reunião de Câmara ordinária do dia 06 de fevereiro de 2020. -----

----- **PONTO TRÊS: MOBILIDADE ELÉTRICA – PONTOS DE CARREGAMENTO – OCUPAÇÃO DO DOMÍNIO PÚBLICO – TAXAS;** -----

----- O senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal fez uma breve apresentação do ponto, de acordo com informação previamente enviada a todos os membros da Assembleia Municipal, e no final disponibilizou-se para esclarecimentos adicionais. -----

----- O senhor Presidente da Câmara usou da palavra e pediu autorização ao à Mesa para prestar um esclarecimento sobre o ponto anterior que considera importante e na altura não se lembrou de o fazer. -----

----- A Mesa autorizou e o senhor Presidente da Câmara informou que a Carta educativa não está publicada no *site* da Câmara Municipal porque está para homologação da DGEST, desde dois mil e dezasseis, e não estando homologada não está oficialmente em vigor. -----

----- O senhor Deputado Xavier Prior usou da palavra e referiu que este projeto é muito importante apesar de acreditar que existem outras fontes alternativas de futuro na questão da mobilidade, seja o hidrogénio seja outras fontes de combustível que sejam importantes, ou seja, complementares a este projeto. Neste sentido o senhor deputado questiona a Câmara sobre os projetos semelhantes neta área da neutralidade carbónica e de impacto ambiental para reduzir, por exemplo, nos transportes públicos, energias renováveis, reutilização e reciclagem, diminuir a pegada carbónica em termos de alimentos. Mais importante que projetos será também fazer campanhas de sensibilização e atividades, porque mais que projetos é bom mudar hábitos e mentalidades. -----

----- O senhor deputado Óscar Gaspar usou da palavra e referiu que este assunto á da maior importância. De facto, a questão da mobilidade elétrica e mais globalmente a questão das alterações climáticas e da contenção das imissões. É uma questão que diz respeito a todos e ter-se-á de agir localmente dando bons exemplos, e isso deve partir das Juntas de Freguesia e das

Câmaras Municipais e, portanto, deverão estar todos alinhados nesta prioridade na luta pelo ambiente. É um daqueles casos em que felizmente em Portugal ainda há um amplo consenso sobre aquilo que é necessário. Sobre a questão em concreto que é colocada, o senhor Vice-Presidente começou por perguntar se é este o futuro, e é uma boa questão. Neste momento não há a certeza absoluta se o caminho é a mobilidade elétrica nos automóveis ou se há outras tecnologias que podem surgir, entretanto. E é por isso que percebendo que eventualmente tendo em conta o custo de investimento seja necessário um período alargado para o seu retorno, mas dez anos parece um período demasiado longo para alguma indefinição tecnológica que existe. Na perspetiva do grupo municipal do PS, se fosse possível, era preferível ter um prazo mais curto, nomeadamente de cinco anos. Outra das questões que foi suscitada foi a do retorno e, depois, a dificuldade em fazer este tipo de investimento. Com o facto de os abastecimentos passarem a ser pagos a partir do próximo semestre o senhor Deputado não sabe se, de alguma forma, também altera os pressupostos desta atividade. É óbvio que sendo o carregamento pago pode inibir alguma procura, pode haver alguma redução mas a verdade é que por um lado ter-se-á cada vez mais carros elétricos num futuro próximo e por outro lado aquilo que se paga pelo abastecimento deverá ser repartido pelos diversos operadores e por quem faz esta colocação. Em relação aos termos concretos da proposta há aqui um outro aspeto, que do ponto de vista do grupo municipal do PS, devia ser clarificado e que é uma lacuna na informação da Câmara, ou seja, é proposto à Assembleia Municipal que autorize uma isenção de taxas durante dez anos, mas não diz qual é o custo para o Município. Aliás, diz-se mesmo que essas taxas não estariam previstas e seria importante que a Câmara dissesse exatamente o que é que está em causa e quando for tomada a decisão aqui, daqui a alguns minutos, sobre a isenção, saberem todos o que é que isso impacta naquilo que é o orçamento da Câmara para os próximos anos. -----

----- O senhor Deputado Hugo Jorge usou da palavra e referiu que não tira bondade à proposta, e a importância à mesma, porque já não se trata de uma questão de futuro e sim do presente. É urgente tratar do ambiente, mas é urgente também pensar noutras soluções. O senhor Deputado espera que chegue à população de Vagos os descontos dos transportes públicos que as populações de Lisboa, do Porto e de outras zonas têm. É também importante que haja mais transportes públicos para que as pessoas possam usufruir. O senhor Deputado não sabe se aquela pequena construção que está ao lado do Tribunal tem a ver com esta instalação dos carros elétricos. Se tem é importante fazê-lo, mas considera de mau gosto terem colocado aquilo naquele sítio, porque é um pequeno espaço ajardinado que embelezava a vila e agora tem lá aquela construção. Não deviam ter feito aquilo ali, podia ter-se escolhido outro local, como por exemplo, no local onde está o Parque Infantil, era só a questão de esticar mais uns metros. Quanto ao conteúdo da proposta em si o senhor Deputado está a favor, seja esse o caminho ou não, porque tem de se fazer alguma coisa e se neste momento é este o caminho então que se avance. -----

----- O senhor Deputado Jorge Pereira usou da palavra e referiu que relativamente a este ponto considera que é importante falar do assunto em duas perspetivas. Primeiro parece que a mobilidade elétrica é uma coisa que foi inventada há três ou quatro anos, mas já tem sessenta

anos. A mobilidade elétrica através dos caminhos de ferro, que é uma mobilidade elétrica em condições, e que infelizmente os sucessivos Governos têm abandonado e esse sim, para além dos postos elétricos, devia ser um investimento importante e devia de haver um reforço das linhas. Em relação aos postos de carregamento elétrico o senhor Deputado está plenamente de acordo e vai mais longe, hoje em dia quem está mais informado sobre estas questões da mobilidade elétrica, e principalmente os postos de carregamento, sabe que existem roteiros que as pessoas fazem que são quase circuitos turísticos. Pode parecer um pouco exagerado, mas a verdade é que se as pessoas saem de casa em viagem sabem onde é que podem parar. Basicamente há meia dúzia de postos de carregamento e Vagos ter um, ou mais, é importante. O posto de carregamento da Vagueira é importante porque é uma perceção turística interessante, mas estrategicamente fazia mais sentido ser colocado na Freguesia de Calvão mais perto da saída da A17 do Concelho de Mira. Tudo o que seja para aumentar a competitividade deste Concelho e, acima de tudo, na mobilidade elétrica, hoje mais do que isso é a afirmação da modernização dos Concelhos que se deve levar em conta, ainda para mais, se não tem custos para os Municípios. -----

----- O senhor Presidente da Câmara usou da palavra e referindo-se ao prazo de dez anos esclareceu que foi seguido o que está na lei e, portanto, não haveria hipótese de fazer nenhuma alteração. Quanto à questão do custo das taxas, ao fazer-se o cálculo não se pode fazê-lo porque essa taxa não existe e o que se vai fazer é previamente à criação da taxa, se a Assembleia decidir criar a taxa, e assim fica dispensada da cobrança de taxa. Por isso, é que não se pode fazer um cálculo, porque não há o valor da taxa que eventualmente se vier a cobrar. Relativamente ao local onde foi instalado ao posto de abastecimento em Vagos, a instalação de um PT, irá ter um arranjo urbanístico para disfarçar, mas do ponto de vista técnico não há outra forma de o fazer. Aquele PT tem uma dupla função, ou seja, servirá para este posto de carregamento rápido, mas servirá também, mais tarde, para alimentar as obras que vierem a ser feitas no Palacete Visconde de Valdemouro. Por vezes a questão prática sobrepõe-se à questão estética e o que se poderá fazer é encontrar soluções para minimizar o “mono” que ali foi instalado. Relativamente à instalação do posto de carregamento na Vagueira não é uma questão de se fazer escolhas, ou seja, ser ali em vez de onde está. O que a Câmara tem de fazer é ver se consegue instalar mais postos de carregamentos. Tem de haver aqui objetivos estratégicos na criação destes postos de carregamento, nomeadamente estes três que vão ser criados nesta fase. A questão estratégica é muito simples: fazer um às portas da A17, e que serve a vila de Vagos o primeiro aglomerado urbano; fazer outro no segundo maior aglomerado urbano que é a praia da Vagueira, que tem a questão turística também muito presente; fazer um na parte sul do Concelho num eixo rodoviário extremamente importante que se está neste momento a construir. Na Freguesia é uma sugestão muito boa que num futuro concurso fará todo o sentido assim como noutros locais do Concelho de preferência servindo todas as Freguesias. Em relação às questões estratégicas, levantadas pelo senhor Deputado Xavier Prior, o mais importante é ter uma perceção daquilo que são os custos ecológicos e, por isso, é que há cerca de dois ou três meses a Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro, impulsionada pelo Município de Vagos, assinou um protocolo com a Associação

Ambiental Zero e com a Universidade de Aveiro no sentido de se ter acesso à Pegada Ecológica. Este projeto será feito a dois anos. No primeiro ano ter-se-á o cálculo da Pegada Ecológica do Município. No segundo a Associação Zero disponibilizará no seu *site* e no *site* da Câmara Municipal uma calculadora para que cada um possa calcular qual é a sua Pegada Ecológica naquilo que são os seus hábitos de consumo. A partir daí é importante andar-se com medidas, como as que já se andou. Vagos é um dos Municípios que assinou o Mayors Adapt e o Pacto de Autarcas, que são duas medidas europeias para fazer face a redução das emissões de CO2, onde são definidas metas específicas. O Município de Vagos tem de reduzir até 25% as emissões de CO2 e, portanto, várias das medidas que têm vindo a ser implementadas, nomeadamente questões de eficiência energética: substituição da iluminação do Pavilhão Municipal; autoconsumo na Biblioteca Municipal, nas Piscina Municipais e no Centro Escolar de Fonte de Angeão. A Câmara Municipal tem procurado atuar nos sítios de maior consumo e atacar para a produção de energia limpa e para autoconsumo. É evidente que isto em alguns casos há financiamentos europeus, o que ajuda um pouco, noutros casos sabe-se que a médio e longo prazo acabasse por ter poupanças, mas o investimento é sempre necessário fazer e por vezes não é fácil. A última linha de atuação, muito importante, tem a ver com a questão da educação ambiental que é fundamental. A Câmara Municipal tem dois projetos para começar, um deles está mesmo a começar, próxima segunda-feira, que é um projeto de reciclagem de óleos usados. Este projeto é feito em parceria com uma empresa que tem a sede no Concelho de Vagos e que tem como objetivo fazer a reciclagem e reutilização de óleos alimentares usados. A ideia é que as crianças levem para as escolas os óleos alimentares usados para que possam ser substituídos por detergentes. A empresa consegue transformar os óleos alimentares usados por detergentes que depois podem ser utilizados na limpeza da própria escola, havendo aqui o verdadeiro conceito da economia circular. -----

----- O senhor Presidente da Assembleia Municipal submeteu o ponto a votação, tendo o mesmo sido **aprovado por unanimidade**. -----

----- De seguida o senhor Presidente da Assembleia Municipal passou para o ponto quatro da ordem de trabalhos, aprovado em Reunião de Câmara ordinária do dia 06 de fevereiro de 2020. ---

----- **PONTO QUATRO: EXPLORAÇÃO DE MASSAS MINERAIS – M.A. INERTES, LDA – SOZA – RECONHECIMENTO DE INTERESSE PÚBLICO;** -----

----- A senhora Vereadora Sara Caladé fez uma breve apresentação do ponto, de acordo com informação previamente enviada a todos os membros da Assembleia Municipal. -----

----- O senhor Deputado Juan Martins usou da palavra e referiu que aquando da análise deste ponto, e no verdadeiro sentido da palavra reconhecimento de interesse público, concluiu que quando se aprova o reconhecimento de interesse público este tem de ter, realmente, algum interesse, o que não é o caso. Daquilo que se lê aqui o pedido do reconhecimento do interesse público é “porque sim”. Esta é a dedução que o senhor Deputado faz do que está aqui. Não há um enquadramento, uma justificação, para já não falar de alguns documentos que estão aqui e que

deixam algumas dúvidas. Assim sendo, o grupo municipal do PSD irá votar contra este reconhecimento de interesse público. -----

----- O senhor Deputado Óscar Gaspar usou da palavra e referiu que o grupo municipal do PS tem muita dificuldade em perceber esta proposta. Falar do reconhecimento público de uma Pedreira, de uma exploração a “céu aberto”, em Reserva Agrícola Nacional, causa alguma perplexidade. O senhor Deputado percebe que há um documento técnico no processo que diz que a exploração não afetará o aquífero, mas nada diz em relação a outros impactos. Por outro lado, diz-se também que aquela zona até já tem muita atividade de exploração, como se isso fosse positivo quando todos sabem que não o é e sabe-se que os antecedentes de algumas explorações são absolutamente negativos. Posto isto, a posição do partido socialista é muito clara, irá votar contra esta proposta. -----

----- O senhor Deputado Hugo Santos usou da palavra e referiu que declarar interesse público a algo que não se consegue identificar claramente o que é. Há um parecer que diz que não levanta grandes questões, mas todos sabem como é que os espaços ficam depois das explorações, apesar dos pareceres dizerem que têm de ficar plano. O grupo municipal do CDS-PP também irá votar contra esta proposta. -----

----- O senhor Presidente da Câmara usou da palavra e esclareceu que esta questão, e nos termos em que aqui foi discutida, foi discutida exatamente nos mesmos termos na Câmara Municipal. É bom que se entenda que a Câmara Municipal tem de cumprir a sua tarefa administrativa de quando há um pedido de instrução de um processo reconhecimento de interesse público. -----

----- A senhora Vereadora Sara Caladé usou da palavra e explicou que não há uma proposta da Câmara Municipal, como se pode verificar. A Câmara Municipal fez única e exclusivamente um enquadramento técnico, podia ter recebido o pedido e remetido de imediato à Assembleia Municipal. No entender da Câmara Municipal o reconhecimento do interesse público municipal é competência da Assembleia Municipal e, portanto, a Câmara Municipal não tem de fazer considerações relativamente a isso. A Câmara Municipal pode ter um entender e a Assembleia Municipal entender o contrário. A Câmara Municipal remeteu à Assembleia Municipal o pedido tal e qual está formulado, apenas fez um enquadramento técnico, pois não lhe cabia pronunciar-se sobre o pedido, se estava bem instruído ou não e se cumpria os requisitos. -----

----- O senhor Presidente da Assembleia Municipal submeteu o ponto a votação, tendo sido **deliberado por unanimidade não aprovar** o Reconhecimento de Interesse Público da Exploração de Messas Minerais – M.A. Inertes, Lda. - Soza. -----

----- De seguida o senhor Presidente da Assembleia Municipal passou para o ponto cinco da ordem de trabalhos, aprovado em Reunião de Câmara ordinária do dia 20 de fevereiro de 2020. ---

----- **PONTO CINCO: PLANO DE PORMENOR DO BAIRRO DA CORREDOURA – REVOGAÇÃO DO PLANO – PROPOSTA.** -----

----- O senhor Presidente da Câmara Municipal fez uma breve apresentação do ponto, de acordo com informação previamente enviada a todos os membros da Assembleia Municipal, e no final disponibilizou-se para esclarecimentos adicionais. -----

----- O senhor Deputado Óscar Gaspar usou da palavra e referiu que este tema é dramaticamente importante. Está-se a falar, como o senhor Presidente de Câmara disse, de um documento que supostamente era estrutural para uma zona importante da vila de Vagos e que começou a ser discutido em dois mil e dois e foi aprovado em dois mil e quatro. Foram criadas expetativas, foram criadas regras e o que se está a fazer hoje é a dizer que em dezoito anos aquele plano não teve execução. Aliás, a própria informação da Câmara Municipal diz que em boa parte já se previa que fosse muito difícil que tivesse aquele tipo de intervenção. Aquilo que está aqui em causa é dizer que o instrumento do anterior Presidente de Câmara, e os seus mandatos todos, mais os mandatos do atual Presidente de Câmara, se traduzem num documento que agora vai ter de ser revogado porque afinal até existe um outro mais global para Vagos e que acaba por ser melhor do que este de dois mil e dois. Na opinião do senhor Deputado isto é francamente grave para as pessoas do Bairro da Corredoura, é grave à pouquíssima iniciativa privada nos últimos anos nesta área. Numa série de zonas do Concelho, mas em específico na vila de Vagos, em termos urbanísticos está-se muito mal, basta passar em algumas zonas do Bairro da Corredoura, passar do outro lado da zona da rua da Fonte, na zona da antiga Cerâmica de Vagos. O que se verifica é que há uma vila cada vez mais desertificada com uma série de prédios devolutos e completamente em ruínas, péssimos em termos estéticos e em termos de algum tipo de condições de urbanidade e, por isso, é importante pensar aqui, de forma mais profunda, o que é que se deve fazer às terras. Tudo isto não só em relação à vila, mas também em relação a todas as Freguesias do Concelho de Vagos, porque se não para além da questão de ter mais pessoas ou menos pessoas tem-se terras que são francamente feias para quem gosta de cá morar e quer cá morar tal como se gosta. Nos últimos tempos aquilo que é trazido neste domínio é um pouco ou não fazer, ou andar para traz ou revogar. No plano urbanístico o que se fez até agora foi por abaixo o antigo Centro de Saúde de Vagos, e não se viu mais nada feito, apenas se viu a demolição porque tinha de se iniciar o plano para se poder ter os Fundos Comunitários. O senhor Deputado ficou um pouco surpreendido quando viu um subtítulo do documento que dizia o PU em vez do PP. O PP também não merecia isto, pois está numa fase muito difícil. -----

----- O senhor Presidente da Câmara usou da palavra para fazer alguns esclarecimentos e começou por informar que não se está a revogar o PP. O senhor Presidente não tem dificuldade em acompanhar algumas reflexões, mas também é obrigado a discordar de algumas reflexões feitas pelo senhor Deputado Óscar Gaspar. A questão da regeneração urbana é importante em qualquer centro urbano. Por isso, é que o Governo, e bem, incentivou os Municípios a criarem a estratégia local de habitação, que a Câmara Municipal de Vagos está já a desenvolver, bem como mecanismos de incentivo à criação dos PEDUS e das PARUS, a que o Município foi percussor. Na regeneração urbana Vagos foi dos primeiros Municípios a aprovar uma estratégia para este fim. Sobre esta matéria o Executivo Municipal está tranquilo. Infelizmente essa estratégia de incentivo

fiscal, nomeadamente à regeneração urbana, não tem sido aproveitada pelas pessoas. O que é de lamentar. Não há como negar, a questão é evidente e está factualmente aqui descrita no documento do Plano de Pormenor do São Sebastião. Não cabe ao senhor Presidente ser “advogado de defesa” do anterior Presidente de Câmara mas lembrou que neste entretanto também foi aprovado o Plano de Pormenor de São Sebastião onde, de facto, cresceu a vila de Vagos em construção nos anos em que esta área estava em alta. Neste momento, até para se ter essa consciência e essa noção, atrás do Município de Aveiro, e são dados que estão a ser trabalhados de forma muito concreta, Vagos é o segundo Município da Região de Aveiro com mais licenciamentos de construções novas a decorrer. Nessa matéria tem havido muita construção só que de uma tipologia diferente daquela que por exemplo está prevista no Plano de Pormenor do Bairro da Corredoura. Sendo que em cima de tudo isso este plano causa algumas dificuldades, quanto mais objetivo e específico é o plano mais difícil é que as pessoas tenham liberdade de poder escolher aquilo que vão fazer na sua propriedade porque ela está muito objetivada no plano. Aliás, foi aberto o período para alteração do plano. A questão é que nesse período a Câmara Municipal chegou à conclusão que melhor que alterar o plano era revogá-lo porque assim nenhum munícipe seria prejudicado por esta revogação, pelo contrário. Ninguém perderá com esta alteração. Atendendo ao interesse geral e coletivo entendeu a Câmara Municipal revogar o Plano de Pormenor do Bairro da Corredoura e foi um entendimento absolutamente tranquilo. Não é isto que incentiva, ou desincentiva, a construção, no caso concreto até poderá incentivar, mas é útil esta decisão. A execução deste plano, tal como está descrito na proposta técnica que é apresentada, não dependia do Município e sim dos particulares e a Câmara Municipal não se pode substituir aos munícipes para fazer aquilo a que a eles corresponde. -----

----- O senhor Presidente da Assembleia Municipal submeteu o ponto a votação, tendo o mesmo sido **aprovado por unanimidade**. -----

----- Nada mais havendo a tratar, o segundo Secretário, senhor Victor Fernando Santos Neto, procedeu à leitura da minuta da ata da presente sessão. -----

----- O senhor Presidente da Assembleia Municipal submeteu a minuta da ata à votação tendo sido **aprovada por unanimidade**. -----

----- Nada mais havendo a tratar, o senhor Presidente da Assembleia deu por encerrados os trabalhos desta sessão, pelas vinte e duas horas e cinquenta e cinco minutos, da qual se lavrou a presente ata que, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada pelo Presidente da Mesa.

O Presidente, _____.